

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ÍNDICE

1. Identificação do Procedimento	2
2. Objeto do procedimento	2
3. Entidade Adjudicante	2
4. Órgão que tomou a decisão de contratar	2
5. Fundamentação da escolha do procedimento	2
6. Acesso às peças do procedimento	2
7. Esclarecimentos e listas de erros e omissões	2
8. Preço base	3
9. Preço anormalmente baixo de uma proposta	3
10. Concorrentes	3
11. Documentos que constituem a proposta	3
12. Formulário da proposta	5
13. Idioma dos documentos que constituem a proposta	5
14. Propostas variantes	5
15. Prazo e modo de apresentação das propostas e dos documentos que a instruem	5
16. Prazo de manutenção das propostas	6
17. Critério de adjudicação	6
18. Consultores e estudos de apoio à decisão	7
19. Modalidade jurídica de associação de empresas	7
20. Negociações	7
21. Leilão eletrónico	7
22. Caução	7
23. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário	8
24. Idioma dos documentos de habilitação	9
25. Outros documentos obrigatórios	10
26. Prazos para apresentação dos documentos de habilitação	10
27. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras	10
28. Despesas e encargos para celebração do contrato	10
29. Consulta Preliminar	11
30. Legislação aplicável	11
ANEXO I – (Modelo de) Declaração	12
ANEXO II – (Modelo de) Declaração de intenção de associação jurídica	13
ANEXO III – (Modelo de) Declaração	14

1. Identificação do Procedimento

Concurso Público com publicidade Internacional n.º **CPI/10/2025/DMCG**.

2. Objeto do procedimento

Aquisição de serviços de seguro automóvel.

3. Entidade Adjudicante

Município do Porto.

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Vice-Presidente e Vereador do Pelouro do Ambiente e Transição Climática, do Pelouro da Inovação e Transição Digital e do Pelouro das Finanças, Emprego e Empreendedorismo, Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo, no exercício da competência subdelegada pelo artigo 14.º das NEO 2025, aprovadas por deliberação da Assembleia Municipal (AM), na sua sessão de 19.11.2024, publicada no BME n.º 4624 e pela O.S. n.º NUD/178588/2022/CMP de 22.03.2022, publicada no B.M.E. n.º 4484, retificada e republicada pela O.S. n.º NUD/208860/2022/CMP, de 05.04.2022, publicada no BME n.º 4486 e pela O.S. n.º NUD/18911/2025/CMP, de 10.01 publicada no BME n.º 4630.

5. Fundamentação da escolha do procedimento

Critério do valor definido na alínea a), do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

6. Acesso às peças do procedimento

1. As peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas no seguinte endereço eletrónico: www.acingov.pt.
2. Para efeitos de apoio na utilização da mesma plataforma todos os interessados podem recorrer aos meios divulgados no mesmo endereço eletrónico nas condições aí previstas.

7. Esclarecimentos e listas de erros e omissões

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem, exclusivamente através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. É ao júri que compete, por delegação do órgão competente para a decisão de contratar, prestar esclarecimentos.
3. Compete ao júri, por delegação do órgão competente para a decisão de contratar, decidir, de acordo com o disposto no artigo 64.º, n.º 1 do CCP, sobre a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas sempre que os esclarecimentos sejam prestados para além do prazo fixado no artigo 50.º também do CCP.

8. Preço base

1. O **prémio total¹ anual**, que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), sendo o valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar e que limita o prémio total anual contratual é **138.600,00€**, valor sem IVA.
2. O **preço base** que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), e que corresponderá ao prémio total¹ para a vigência máxima prevista no caderno de encargos, corresponde a **415.800,00€**, valor sem IVA.

9. Preço anormalmente baixo de uma proposta

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP, não são definidas as situações em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo.
2. O preço de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.
3. No caso previsto no número anterior, o júri solicita previamente ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da sua proposta.

10. Concorrentes

1. Podem apresentar propostas as empresas de seguros legalmente constituídas, de acordo com a Lei n.º 147/2015, de 09.09, na atual redação, que estejam autorizadas a explorar os ramos e modalidades de seguro objeto do presente concurso, e não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.
2. Podem ainda apresentar propostas mediadores de seguros ou corretores de seguros, desde que, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 4.º, alínea a), 20.º, n.º 1, alínea a) e 24.º, n.º 1, alínea a) todos da Lei n.º 7/2019 de 16.01, **obtenham o necessário mandato** da empresa de seguros para representar na apresentação de propostas e outorga e gestão do contrato, ou desde que mediadores ou corretores de seguros apresentem proposta em agrupamento com a seguradora.

11. Documentos que constituem a proposta

1. Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas dos seguintes documentos devidamente assinados por quem represente e vincule a entidade, por recurso a assinaturas digitais qualificadas:
 - a. O **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**;
 - b. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo I** ao presente programa do procedimento, com a respetiva indicação da proposta dos valores dos **Prémios Comerciais e Prémios Totais** (*Prémio Total corresponderá ao Prémio Comercial com a inclusão de todos os outros elementos que compõem a fatura a*

¹ Prémio Total corresponderá ao Prémio Comercial com a inclusão de todos os outros elementos que compõem a fatura a pagar ao adjudicatário e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras, à exceção do IVA.

pagar ao adjudicatário e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras, à exceção do IVA) para cada um dos anos previstos para a vigência do contrato (n , $n+1$ e $n+2$) para todos os objetos seguros;

c. Documento “**Anexo IV - Formulário da Proposta**” anexo ao presente programa do procedimento, devidamente preenchido e assinado, de acordo com o disposto no ponto 12.º do presente programa de procedimento;

d. No caso de agrupamentos, acresce:

i. Instrumentos de mandatos a favor do representante do agrupamento emitidos por cada um dos seus membros, nos termos previstos no n.º 5, do artigo 57.º do CCP.

ii. Declaração de intenção de associação jurídica, em regime de responsabilidade solidária passiva, na modalidade jurídica de Consórcio Externo, Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) ou Sociedade Anónima, subscrita por todas as entidades que integram o agrupamento, em conformidade com o **Anexo II** ao presente programa do procedimento.

iii. Declaração de todos os membros de responsabilidade individual e solidária perante a entidade adjudicante pela proposta apresentada e, bem assim, pela sua manutenção, subscrita por todas as entidades que integram o agrupamento.

e. No caso de mediadores ou corretores de seguro, devem apresentar ainda:

i. Instrumento de mandato do segurador para o representar na apresentação de propostas e outorga e gestão do contrato.

2. O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome> devendo ser selecionadas as seguintes opções de preenchimento:

a. “Sou um operador económico”;

b. “Importar um DEUCP”;

c. “Carregar documento” – selecionar o ficheiro “espd-request.xml”, disponibilizado pela entidade adjudicante junto das peças procedimentais.

d. Selecionar o país do concorrente;

e. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;

f. Guardar o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar e enviado junto com os restantes documentos da proposta.

3. O somatório dos prémios totais propostos para a vigência máxima do contrato não pode exceder o prémio total máximo de 415.800,00€, sob pena de exclusão da sua proposta.

4. Os concorrentes ficarão dispensados da apresentação dos instrumentos de mandato indicados na subalínea i) da alínea q), do n.º 1 da presente cláusula, caso os documentos que constituem a proposta sejam assinados por todos os membros do agrupamento concorrente ou respetivos representantes.

5. Não integram a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, exceto os que sejam indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP.

12. Formulário da proposta

1. No documento exigido na alínea c) do número 1 do ponto 11.º do presente programa de procedimento – **Anexo IV ao presente Programa do Procedimento** – deverá, sob pena de exclusão da proposta, constar a seguinte informação:
 - i. Valor proposto para os **prémios totais e comerciais anuais** para cada um dos anos previstos para a vigência do contrato (***n, n+1 e n+2***), para todos os objetos seguros, **para cada uma das coberturas** exigidas pelo Anexo A do Caderno de Encargos;
 - ii. Identificação da **categoria de viatura** considerada pelo concorrente para efeitos de tarifação.
2. A viatura de **matrícula 69-74-RL** tem associadas coberturas específicas e diferenciadas da restante frota. Para aquela viatura, não será necessária a apresentação de valor discriminado por coberturas, devendo o(s) concorrente(s) indicar apenas o valor total proposto para o prémio total e comercial anual para cada um dos anos previstos para a vigência do contrato (***n, n+1 e n+2***);
3. Não poderão ser apagadas linhas/colunas, alterada a ordem das linhas/colunas ou o formato do Formulário Anexo IV – Formulário da Proposta.
4. As células do Formulário Anexo IV – Formulário da Proposta que carecem de preenchimento por parte do(s) concorrente(s) estão identificadas com o texto “*A preencher pelo concorrente*”.
5. O(s) concorrente(s) deverá(ão) apresentar o valor dos prémios comerciais e totais para todas as viaturas, sob pena de exclusão da proposta.

13. Idioma dos documentos que constituem a proposta

A Proposta e os documentos que a constituem são obrigatória e exclusivamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

14. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

15. Prazo e modo de apresentação das propostas e dos documentos que a instruem

1. As propostas e os documentos que as instruem serão entregues **até às 17:00 horas do 30.º dia**, a contar da data de envio do anúncio para publicação.
2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.

3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos restantes prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas.²
4. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: www.acingov.pt
5. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

16. Prazo de manutenção das propostas

As propostas mantêm-se obrigatoriamente até **90** dias úteis após o termo do prazo para sua apresentação.

17. Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade: Monofator – **preço, como único aspeto da execução do contrato a celebrar**, como previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º, do CCP, nos seguintes termos.

- 1.1. É considerada mais vantajosa a proposta que apresentar o **menor prémio comercial para a totalidade das viaturas que constituem o lote, para o máximo da vigência de contrato** prevista, que resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$PCV = \sum_{i=1}^{284} (PCV_n^i + PCV_{n+1}^i + PCV_{n+2}^i)$$

Em que:

PCV – Prémio comercial para a totalidade das viaturas que constituem o lote, para o máximo da vigência de contrato

PCV_n^i – Prémio Comercial proposto para a viatura i para o ano n no âmbito da proposta em análise

PCV_{n+1}^i – Prémio Comercial proposto para a viatura i para o ano $n+1$ no âmbito da proposta em análise

PCV_{n+2}^i – Prémio Comercial proposto para a viatura i para o ano $n+2$ no âmbito da proposta em análise

2. Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando três casas decimais, processando-se o arredondamento do prémio final até à segunda casa decimal.
3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função das seguintes regras aplicadas de forma sucessiva e enquanto houver necessidade de desempate:
 - a. Menor Prémio comercial para a totalidade das viaturas que constituem o lote, para o ano n .
 - b. Menor Prémio comercial para a totalidade das viaturas que constituem o lote, para o ano $n+1$.

² Refere-se a título de exemplo: prazo para esclarecimentos e retificação de peças do procedimento (art.º 50º do CCP); prazos relativos à apresentação de erros e omissões e decisão dos mesmos (art.º 50º do CCP).

- c. Sorteio aleatório presencial, com a presença de todos os representantes de todos os concorrentes empatados, que serão notificados para o ato público, a realizar nas seguintes condições:
- A sessão para a realização do sorteio será agendada e notificada aos concorrentes com, pelo menos, 3 (três) dias úteis de antecedência, com a indicação da data, da hora e do local da sua realização.
 - O sorteio será efetuado pelos membros do júri.
 - Em caso de não comparência de representante legal de concorrente em situação de empate, o sorteio realizar-se-á na sua ausência após 30 (trinta) minutos da hora previamente agendada.
 - A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.
 - Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.
 - A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.
 - O júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na referida sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.

18. Consultores e estudos de apoio à decisão

- O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
- As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

19. Modalidade jurídica de associação de empresas

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa das seguintes modalidades jurídicas: Consórcio Externo, Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) ou Sociedade Anónima.

20. Negociações

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

21. Leilão eletrónico

Não aplicável.

22. Caução

Não será exigível a prestação de caução.

23. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo III** ao presente programa do procedimento.
2. Documento que titule o direito de exercer a atividade seguradora, emitido pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões.
3. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do art.º 55.º do CCP.
4. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
5. Certificado de registo criminal³, ou documento equivalente com a inscrição no fim a que se destina “*Contratação Pública*”⁴:
 - a. Do próprio no caso de pessoas em nome individual⁵,
 - b. Dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP⁶.
6. Cópia da certidão do registo comercial ou o código de acesso à certidão permanente, ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial, se aplicável.
7. Declaração de início de atividade, se aplicável.⁷
8. No caso de se tratar de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário deve apresentar, ainda, o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14.12.
9. No caso de se tratar de adjudicatário ou de um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu⁸ ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio pode ainda apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra

³ O registo criminal pode ser obtido mediante o preenchimento e envio de um requerimento por e-mail ou através do Portal do registo criminal online: <https://lnkd.in/drGGB2s>. Mais informações em: <https://lnkd.in/eFd97w5>, ou via telefone através do 300 003 990 ou 210 489 010 (dias úteis das 9h às 18h).

⁴ Nos termos do n.º3 do artigo 83.º-A do CCP.

⁵ Aplicável no caso de a adjudicação ser a uma entidade em nome individual.

⁶ Aplicável no caso de a adjudicação ser a uma entidade coletiva.

⁷ Aplicável no caso de a adjudicação ser a uma entidade em nome individual.

⁸ Noruega, Islândia, Liechtenstein e União Europeia.

competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

10. No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por Agrupamento:

- a. Todos os seus membros têm de apresentar os documentos de habilitação que lhes são aplicáveis, de acordo com o disposto no artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14.12;
- b. No caso de agrupamento complementar de empresas (ACE):
 - i. Cópia certificada do contrato de constituição do Agrupamento Complementar de Empresas, do qual deve constar, nomeadamente indicação dos administradores e respetivos poderes de representação, e demais elementos previstos na Lei n.º 4/73, de 4 de junho e no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto, ambos com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de março;
 - ii. Cópia da inscrição do Agrupamento Complementar de Empresas no Registo Comercial e respetiva publicação ou a indicação dos códigos de acesso.
- c. No caso de Consórcios Externos:
 - i. Cópia do contrato de constituição da modalidade jurídica de consórcio externo, do qual constem os elementos previstos no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, nomeadamente, a indicação dos membros do consórcio, o chefe de consórcio, das obrigações do chefe de consórcio, dos deveres dos membros do consórcio e a responsabilidade conjunta das partes;
 - ii. Cópia da procuração com as funções externas do chefe de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, nos termos do n.º 1, do artigo 14.º do referido Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, os poderes para este proceder à faturação de todas as prestações executadas no âmbito do contrato, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato, dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações respeitantes ao contrato, quando aplicável.
- d. No caso de Sociedade Anónima:
 - i. Cópia certificada do contrato de constituição da Sociedade Anónima, do qual constem os elementos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
 - ii. Cópia da inscrição da Sociedade Anónima no Registo Comercial e respetiva publicação ou a indicação dos códigos de acesso.

24. Idioma dos documentos de habilitação

Todos os documentos de habilitação devem ser apresentados em Português.

25. Outros documentos obrigatórios

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)⁹ – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto^{10, 11}, ou o respetivo código de acesso.
2. A não apresentação do documento referido no número anterior, e tendo em atenção o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, e/ou o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de **3 dias** para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

26. Prazos para apresentação dos documentos de habilitação¹²

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de **10 dias** após a notificação da decisão de adjudicação.
2. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
3. A supressão de irregularidades, detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de **2 dias**, após notificação pela Divisão Municipal de Compras.
4. Ao adjudicatário será concedido um prazo de **3 dias** para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.

27. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras

Os compromissos assumidos por entidades terceiras devem ser confirmados no mesmo prazo previsto para apresentar os documentos de habilitação.

28. Despesas e encargos para celebração do contrato

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

⁹ O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>.

¹⁰ Não aplicável a entidades em nome individual.

¹¹ "Estão excluídas de apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º, do Anexo I da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto."

¹² Para efeitos de cumprimento dos prazos que constam do clausulado do presente ponto, consideram-se as 23h59 como hora limite de apresentação dos documentos.

29. Consulta Preliminar

A abertura do procedimento de formação de contrato público não foi precedida de consulta preliminar ao mercado prevista no artigo 35.º - A do CCP.

30. Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente programa do procedimento observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual) e restante legislação aplicável.

ANEXO I – (Modelo de) Declaração

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹³⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “designação ou referência ao procedimento em causa” e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽¹⁴⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, de acordo com os seguintes prémios:

Proposta de Prémios (valores em € e sem IVA)						
Proposta de condições						
Ramo de Seguro	Prémio ano n		Prémio ano $n+1$		Prémio ano $n+2$	
	Prémio Comercial	Prémio Total	Prémio Comercial	Prémio Total	Prémio Comercial	Prémio Total
Seguro automóvel	$\sum_{i=1}^{284} PCV_n^i$	$\sum_{i=1}^{284} PTV_n^i$	$\sum_{i=1}^{284} PCV_{n+1}^i$	$\sum_{i=1}^{284} PTV_{n+1}^i$	$\sum_{i=1}^{284} PCV_{n+2}^i$	$\sum_{i=1}^{284} PTV_{n+2}^i$
		Discriminação das cargas fiscais e parafiscais		Discriminação das cargas fiscais e parafiscais		Discriminação das cargas fiscais e parafiscais

Notas de preenchimento:

- No **Prémio TOTAL**, devem ser discriminadas todas as cargas fiscais e parafiscais legalmente aplicáveis;
- O preenchimento do presente Anexo não dispensa a apresentação dos demais documentos referidos no ponto 11.º do presente Programa de Procedimento.

(local, data e assinatura)⁽¹⁵⁾.

⁽¹³⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁽¹⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁽¹⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – (Modelo de) Declaração de intenção de associação jurídica

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹⁶
..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹⁷
..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

- (...)

entidades que integram o concorrente ao *Concurso Público sem/com¹⁸ publicidade Internacional para a celebração do contrato de*(identificar o objeto do contrato), tendo tomado claro, perfeito e cabal conhecimento dos termos e condições do procedimento declaram, sob compromisso de honra, que:

1. Caso lhes venha a ser adjudicado o contrato, objeto do concurso, se constituirão em agrupamento complementar de empresas ou de sociedade anónima em regime de responsabilidade solidária passiva ou na modalidade jurídica de consórcio externo;
2. Independentemente do que em contrário se dispuser em qualquer momento no instrumento de associação jurídica celebrado entre as entidades que integram o concorrente, todas elas responderão solidariamente pelo bom, perfeito e tempestivo cumprimento das obrigações para elas emergentes do contrato;
3. Qualquer alteração ao regime de responsabilidades das entidades do agrupamento é nula e de nenhum efeito na relação de todas com a entidade adjudicante se não conhecer o prévio acordo escrito desta;
4. Nenhuma das entidades que integram o candidato poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição jurídica no agrupamento, ou renunciar às suas obrigações, pelo que qualquer alteração na composição do mesmo merecerá a prévia autorização da entidade adjudicante.

..... (local), (data), [assinatura¹⁹].

¹⁶ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

¹⁷ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

¹⁸ Eliminar o que não se aplicar.

¹⁹ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO III – (Modelo de) Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes]

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽²⁰⁾ ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²¹⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽²²⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽²³⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura ⁽²⁴⁾].

⁽²⁰⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²¹⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽²²⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽²³⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽²⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º